

PRÁTICAS PSICOMOTORAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: A CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS NA INCLUSÃO ESCOLAR**PSYCHOMOTOR PRACTICES IN SPECIAL EDUCATION: THE CONSTRUCTION OF MEANINGS IN SCHOOL INCLUSION** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.001-005>**Eder Samuel Silvestre**

Graduado em Letras pela Universidade de Franca.

Especialista em Literatura pela Faculdade Iguaçu.

Especialista em Linguística Aplicada à Educação pela Faculdade Iguaçu.

Especialista em Educação Inclusiva e Psicomotricidade

Especialista em Coordenação Pedagógica e Planejamento pela Universidade de Vitória.

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/8533778766821724>

E-mail: edersamuelss@yahoo.com

RESUMO

O presente artigo investiga como as práticas psicomotoras, integradas a elementos culturais, contribuem para a inclusão escolar de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), promovendo a construção de significados, a valorização da diversidade cultural e o desenvolvimento integral. A partir de uma análise teórica e prática, o estudo destaca a psicomotricidade como abordagem interdisciplinar capaz de articular corpo, movimento e cultura no processo educativo. O objetivo geral é explorar as potencialidades dessas práticas para fomentar a inclusão, enquanto os objetivos específicos abrangem a análise dos fundamentos teóricos, a interação com objetos culturais e a proposição de estratégias pedagógicas inclusivas. A pesquisa também responde à questão-problema ao demonstrar que práticas psicomotoras contextualizadas favorecem não apenas o desenvolvimento motor, mas também a autoestima e a construção de identidades culturais dos estudantes. Exemplos como jogos simbólicos e atividades artísticas mostram-se eficazes em conectar os alunos às suas realidades socioculturais. O artigo destaca ainda a necessidade de formação docente contínua e investimentos em políticas públicas que assegurem a implementação de práticas inclusivas. Ao superar a lacuna na literatura sobre a integração entre psicomotricidade e cultura, o estudo reafirma a importância de uma educação inclusiva que celebra a diversidade e transforma o ambiente escolar em um espaço equitativo e enriquecedor. Dessa forma, propõe-se um modelo pedagógico inovador, alicerçado na psicomotricidade como ferramenta essencial para a inclusão.

Palavras-chave: Diversidade; Educação inclusiva; Identidade; Psicomotricidade; Significados.**ABSTRACT**

This article investigates how psychomotor practices, integrated with cultural elements, contribute to the school inclusion of students with Special Educational Needs (SEM), promoting the construction of meanings, the appreciation of cultural diversity, and holistic development. Through theoretical and practical analysis, the study highlights psychomotricity as an interdisciplinary approach capable of connecting body, movement, and culture within the educational process. The general objective is to explore the potential of these practices to foster inclusion, while the specific objectives include analyzing theoretical foundations, interacting with cultural objects, and proposing inclusive pedagogical strategies. The research addresses the central problem by demonstrating that contextualized psychomotor practices not only enhance motor development but also boost self-esteem and the construction of students' cultural identities. Examples such as symbolic games and artistic activities prove effective in linking students to their sociocultural realities.



Furthermore, the article underscores the need for continuous teacher training and investments in public policies to ensure the implementation of inclusive practices. By bridging the gap in the literature on the integration of psychomotricity and culture, the study reaffirms the importance of inclusive education that celebrates diversity and transforms the school environment into an equitable and enriching space. Thus, an innovative pedagogical model is proposed, grounded in psychomotricity as an essential tool for inclusion.

Keywords: Diversity; Inclusive education; Identity; Psychomotricity; Meanings.



1 INTRODUÇÃO

A educação especial, no contexto da inclusão escolar, demanda reflexões profundas e abordagens inovadoras que vão além do simples acesso ao ambiente educacional. Nesse cenário, a psicomotricidade se destaca como um eixo central, promovendo a construção de significados e a valorização da diversidade cultural numa interdisciplinaridade frutuosa. Este tema é particularmente relevante, considerando o aumento das demandas por práticas pedagógicas inclusivas que considerem não apenas as limitações físicas e cognitivas dos alunos, mas também suas identidades culturais e subjetividades.

Assim, o objetivo deste artigo é sintetizar estudos sobre práticas psicomotoras na educação especial, com o propósito de identificar estratégias que contribuam para a construção de significados, fortalecimento da autoestima e valorização da diversidade cultural. A proposta baseia-se na análise crítica de pesquisas já realizadas, a fim de oferecer uma visão integrada sobre o impacto das práticas psicomotoras no contexto educacional inclusivo.

Ademais, este estudo é justificado pelo impacto potencial de uma lacuna significativa na literatura que se refere à aplicação prática e detalhada da integração entre psicomotricidade e elementos culturais e de construção de sentidos como mediadores na promoção de processos de inclusão escolar. Embora o papel de cada uma dessas abordagens seja amplamente reconhecido, poucos estudos investigam como combiná-las efetivamente em realidades escolares específicas, como comunidades indígenas ou rurais.

Além disso, este trabalho busca fornecer subsídios teóricos e práticos para educadores que enfrentam o desafio de adaptar suas práticas pedagógicas à diversidade cultural presente no ambiente escolar.

Contextualmente, a psicomotricidade emerge como uma abordagem pedagógica interdisciplinar, conectando corpo, mente e cultura. Como campo de estudo, ela aborda o corpo não apenas como um instrumento técnico, mas como uma linguagem que possibilita a interação social e a construção de significados. Essa perspectiva é essencial para promover uma inclusão que transcenda a simples integração física dos alunos no espaço escolar, como ressaltam Pletsch e Mendes (2024), ao defenderem que a prática pedagógica inclusiva é um compromisso ético e humanitário fundamental para uma sociedade mais equitativa.

Nessa perspectiva, a investigação proposta nesse estudo abarca três ações específicas: explorar os fundamentos teóricos das práticas psicomotoras na educação especial, enfatizando a relação entre a linguagem corporal e a inclusão de alunos com deficiência intelectual; analisar como a interação com objetos culturais pode fortalecer a identidade e a autoestima dos alunos no contexto inclusivo; e propor estratégias pedagógicas que integrem práticas psicomotoras e culturais para o desenvolvimento integral dos alunos.

Além disso, a linguagem corporal, enquanto forma de expressão não-verbal, permite que indivíduos, especialmente aqueles com deficiência intelectual, se conectem ao mundo ao seu redor por meio de gestos, movimentos, posturas e expressões faciais. Isso transcende os limites da oralidade e da escrita, como descreve Hall (2006), ao destacar a fragmentação das narrativas culturais na modernidade tardia e a necessidade de práticas inclusivas que acolham múltiplas formas de expressão.

Dessa forma, ao propor uma abordagem inclusiva fundamentada na psicomotricidade, o presente estudo busca articular corpo, movimento, elaboração de significados e cultura como um modelo pedagógico inovador. Esse modelo não apenas desafia práticas tradicionais, mas também reconhece a pluralidade cultural e as múltiplas formas de aprender e ensinar, contribuindo para a transformação do ambiente escolar em um espaço mais equitativo e enriquecedor.

Por fim, ao destacar a relevância de práticas psicomotoras contextualizadas, este artigo reafirma a necessidade de uma formação docente voltada para a inclusão e para o reconhecimento da diversidade cultural.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este artigo utiliza uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, para investigar as práticas psicomotoras no contexto da educação especial e sua integração com elementos culturais na promoção da inclusão escolar de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pelo foco em compreender os fenômenos sociais e culturais envolvidos, permitindo uma análise aprofundada das interações entre psicomotricidade, diversidade cultural e desenvolvimento integral no ambiente escolar.

A pesquisa baseia-se na revisão de literatura e análise documental, utilizando dados secundários provenientes de estudos anteriores, documentos normativos e relatórios de práticas pedagógicas em contextos variados, como comunidades indígenas, rurais e urbanas. A natureza exploratória possibilita ao autor examinar um campo ainda pouco abordado na literatura acadêmica, enquanto a perspectiva descritiva permite detalhar conceitos e estratégias pedagógicas específicas. As informações coletadas são analisadas de forma crítica e contextualizadas com base nos objetivos e na questão-problema do estudo.

Os instrumentos de pesquisa incluem obras acadêmicas, legislações nacionais, diretrizes pedagógicas e estudos empíricos relacionados ao tema. A análise de conteúdo é aplicada para identificar categorias temáticas, como práticas psicomotoras, valorização da diversidade cultural, estratégias inclusivas e formação docente. Essa metodologia permite identificar lacunas no conhecimento e propor caminhos para a aplicação prática das práticas psicomotoras como mediadoras no processo inclusivo.

A análise documental foca na aplicação das práticas psicomotoras e na relação entre objetos culturais e o desenvolvimento psicomotor e social dos estudantes. O autor examina, por exemplo, como atividades



como jogos simbólicos e danças tradicionais podem promover não apenas habilidades motoras, mas também fortalecer identidades culturais e a autoestima dos alunos, em consonância com as diretrizes nacionais de inclusão escolar.

Além disso, a pesquisa considera as condições contextuais das escolas brasileiras, incluindo desafios estruturais e culturais. Essa abordagem busca evidenciar as especificidades de diferentes realidades, destacando as necessidades de comunidades vulneráveis, como áreas rurais e indígenas, e propondo estratégias que articulem práticas psicomotoras com o reconhecimento das identidades culturais. O estudo também enfatiza a importância de políticas públicas e investimentos em formação docente contínua para garantir a implementação de práticas pedagógicas eficazes e culturalmente sensíveis.

Essa metodologia, ao integrar análise teórica e prática, oferece uma compreensão abrangente das práticas psicomotoras na educação especial e propõe um modelo pedagógico fundamentado na valorização da diversidade cultural e no desenvolvimento integral dos estudantes, contribuindo para o avanço da inclusão escolar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 PRÁTICAS PSICOMOTORAS E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Embora as práticas psicomotoras apresentem um potencial significativo para promover a inclusão escolar, a implementação efetiva dessas abordagens enfrenta desafios estruturais, culturais e pedagógicos.

Em uma visão geral a psicomotricidade, enquanto abordagem pedagógica interdisciplinar, desempenha um papel central na promoção da inclusão escolar ao articular movimento, cognição e cultura como elementos integrados do aprendizado. Além de estimular o desenvolvimento motor e emocional, ela possibilita a construção de significados por meio da interação com práticas culturais contextualizadas, como jogos simbólicos, danças tradicionais e atividades artísticas.

Entretanto, a implementação de práticas inclusivas baseadas na psicomotricidade apresenta desafios, especialmente devido à insuficiência na formação docente. Muitos professores não têm acesso a capacitações que articulem de maneira prática o movimento, a cultura e a inclusão, dificultando sua aplicação no cotidiano escolar. Como destaca Wortmann (2011), essa lacuna compromete a adaptação das práticas às necessidades dos alunos, sobretudo em contextos culturalmente diversos e vulneráveis.

Ademais, outro desafio é a falta de recursos e infraestrutura adequados, particularmente em escolas de áreas rurais ou economicamente desfavorecidas. A escassez de materiais adaptados e espaços adequados agrava desigualdades e limita o alcance das práticas inclusivas. Além disso, Leite (2019) aponta que a resistência cultural e institucional a mudanças pedagógicas inclusivas, somada à sobrecarga dos docentes, reforça práticas tradicionais que não atendem plenamente à diversidade dos estudantes.



Dessa maneira, a ausência de políticas públicas fortalecidas agrava essas barreiras. Embora normativas como a Lei Brasileira de Inclusão (2015) e a Política Nacional de Educação Especial (2008) existam, sua implementação é prejudicada por restrições financeiras e falta de suporte técnico. Para superar tais desafios, gestores e formuladores de políticas devem priorizar investimentos e oferecer suporte que assegurem a implementação efetiva de abordagens psicomotoras e estratégias inclusivas nas escolas.

Nesse sentido, a psicomotricidade não apenas atende às necessidades específicas dos alunos, mas também valoriza suas identidades culturais, promovendo um ambiente educacional inclusivo, acolhedor e adaptado às múltiplas formas de expressão. Como apontam Vygotsky (1991) e Canclini (1980), o corpo, ao mediar a interação com o contexto sociocultural, torna-se uma ferramenta poderosa para o aprendizado e a transformação social, consolidando-se como um eixo essencial da educação inclusiva. Ainda, segundo Dupré (1907, apud Bueno, 2013), ela se fundamenta na solidariedade entre pensamento e ação, posicionando o corpo como mediador no aprendizado.

Nessa direção, é possível entender que o conceito de Vygotsky (1991), segundo o qual a internalização de signos, culturalmente produzidos, transforma as funções psicológicas superiores, o que destaca a relevância de práticas que articulem motricidade e simbolismo. Assim, atividades psicomotoras promovem autonomia, socialização e a construção de significados, especialmente para alunos com deficiência intelectual.

Portanto, essas práticas também trabalham áreas fundamentais como esquema corporal, lateralidade e orientação espacial, segundo Meur e Staes (1989), elementos que, quando bem desenvolvidos, evitam dificuldades escolares. Uma visão abrangente deste tópico exige considerar que o corpo, utilizado como linguagem, permite que estudantes expressem emoções e aprendizados de forma não-verbal, conectando-se ao contexto cultural e social no qual e encontram (Vygotsky, 1991).

No entanto, para aprofundar nossa compreensão, é necessário investigar pesquisas, como as do NEPPD/FACED/UFAM (Matos et al., 2017), que demonstram como práticas psicomotoras favorecem a inclusão escolar, promovendo um olhar holístico e respeitando as especificidades de cada aluno. Ademais, para Wallon (apud Fonseca, 2012), as funções mentais e motoras são interdependentes, influenciando a formação de conceitos abstratos e identidades.

Tais resultados corroboram a teoria de Aquino (2010, p. 4), que em uma pesquisa realizada em duas escolas públicas estaduais no Rio Grande do Sul, com alunos do ensino fundamental incluídos em salas de recursos multifuncionais, revelou dados quantitativos importantes que evidenciam a eficácia das práticas psicomotoras no contexto da educação inclusiva.



3.2 ESTRATÉGIAS INOVADORAS PARA A SUPERAÇÃO DE BARREIRAS NA INCLUSÃO ESCOLAR

A pesquisa realizada por Aquino (2010) revelou que atividades psicomotoras planejadas resultaram em avanços significativos nos alunos com deficiência intelectual, como melhorias na coordenação motora fina (75%), no desenvolvimento de habilidades de lateralidade e orientação espacial (62%), além de promover maior autonomia e autoestima. Ademais, observou-se que 68% dos estudantes participantes demonstraram maior interesse nas aulas e interação social mais ativa, enquanto a integração dessas práticas ao cotidiano escolar contribuiu para reduzir dificuldades frequentes, como trocas de letras na escrita e falta de concentração.

Portanto, os resultados apresentados neste estudo corroboram achados de pesquisas anteriores que destacam a relevância da psicomotricidade para a inclusão escolar. Leite (2019), ao investigar práticas psicomotoras relacionais, também observou avanços significativos na socialização e no ajustamento comportamental de crianças com transtornos como TDAH e TEA, reforçando o impacto positivo dessas intervenções no desenvolvimento socioemocional.

Nesse mesmo contexto, Barreto (2000) destacou que atividades psicomotoras planejadas, como o equilíbrio e a coordenação motora, influenciam diretamente a tonicidade e o ritmo, habilidades fundamentais para o desempenho acadêmico. Esses achados complementam os dados de Aquino (2010), ao evidenciar que a integração de elementos culturais nas práticas pedagógicas potencializa tanto o aprendizado quanto o senso de pertencimento dos alunos, fortalecendo a conexão entre os resultados psicomotores e os contextos socioculturais.

Ademais, Aquino (2010, p. 6) também destaca que as práticas psicomotoras não apenas melhoraram aspectos físicos, mas também impactaram positivamente a socialização e o engajamento dos alunos no ambiente escolar.

Outrossim, os resultados apresentados neste estudo corroboram achados de pesquisas anteriores que destacam a relevância da psicomotricidade para a inclusão escolar. Leite (2019), ao investigar práticas psicomotoras relacionais, também observou avanços significativos na socialização e no ajustamento comportamental de crianças com transtornos como TDAH e TEA, reforçando o impacto positivo dessas intervenções no desenvolvimento socioemocional.

Outrossim esses dados podem ser interpretados como uma evidência sólida da importância fundamental da psicomotricidade como uma ferramenta eficaz para a inclusão, e sublinham a relevância de práticas educativas que integrem corpo e cognição.

De igual modo, ainda nessa perspectiva, é relevante observar os resultados qualitativos descritos por Célio Rodrigues Leite, que baseiam-se em observações e interpretações subjetivas sobre a eficácia das atividades psicomotoras. Em seu estudo intitulado *“Psicomotricidade Relacional e suas Implicações na*

Educação Inclusiva” (2019), a psicomotricidade relacional, por exemplo, demonstrou impacto significativo no ajuste comportamental de crianças com dificuldades de aprendizado e transtornos como TDAH, autoestima baixa e transtorno obsessivo-compulsivo.

Ademais, de acordo com Leite (2019, p. 9) atividades baseadas no movimento corporal espontâneo, como jogos e brincadeiras, permitiram que as crianças superassem medos e desenvolvessem maior confiança em suas capacidades, resultando em melhorias na expressão motora, verbal e gráfica.

Portanto, essas práticas também promoveram um ambiente de aprendizado mais acolhedor, favorecendo o engajamento e a socialização dos alunos com seus pares.

Além disso, Barreto (2000, p. 10) enfatiza que, quando aplicadas sistematicamente, essas práticas impactam positivamente o desenvolvimento integral da criança, prevenindo dificuldades de aprendizado e promovendo uma base sólida para o progresso escolar. Observa-se que atividades como equilibrar-se em superfícies delimitadas e executar movimentos coordenados contribuíram para a melhoria da tonicidade, da lateralidade e do ritmo, habilidades essenciais para o desempenho escolar.

Contudo, um aspecto essencial a ser destacado é a diferenciação entre a psicomotricidade e a educação física, considerando que a primeira aborda de forma mais integrada às dimensões cognitivas e emocionais dos indivíduos. Conforme argumenta Prista (1993), essa integração permite que a psicomotricidade se estabeleça como uma prática pedagógica abrangente, interdisciplinar, que não se limita ao desenvolvimento físico, mas abarca também os aspectos psicológicos e sociais do aprendizado. A partir desse ponto, essas práticas tornam-se ferramentas inclusivas de grande relevância, especialmente por valorizarem a diversidade cultural e as múltiplas formas de expressão, como apontado por Barreto (1997).

Adicionalmente, é crucial situar o conceito de expressão corporal dentro do escopo deste estudo, dado que ele assume um papel central no processo educacional de alunos com deficiência intelectual.

Assim, a expressão corporal é compreendida como uma forma de comunicação não verbal que integra aspectos motores, cognitivos e emocionais, permitindo que indivíduos, especialmente aqueles com deficiência intelectual, interajam com o ambiente e com os pares de maneira significativa.

Além de transcender as limitações da oralidade, a expressão corporal funciona como um meio pedagógico que favorece a construção de significados, a socialização e o fortalecimento das identidades culturais no ambiente educacional inclusivo.

Compreensivelmente, para esses estudantes, a expressão corporal frequentemente constitui uma das principais vias de interação com o ambiente e com seus pares. A implementação de práticas como jogos simbólicos, dança e atividades lúdicas, além de estimular o desenvolvimento psicomotor, oferece oportunidades para a construção de significados e para o estabelecimento de conexões sociais.

Outrossim, o uso de objetos culturais, como instrumentos musicais, artesanato ou elementos naturais, potencializa notavelmente o aprendizado ao conectá-lo às experiências socioculturais dos alunos.



Essa abordagem não apenas fortalece a identidade cultural, mas também promove o pertencimento, um elemento essencial para a inclusão. Uma análise detalhada desses aspectos revela o quanto a mediação cultural, conforme proposta por Vygotsky (1991), é central para essas práticas.

Ademais, a psicomotricidade relacional destaca-se como uma abordagem integradora, que utiliza o corpo e o movimento como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento educacional e social de crianças em contextos inclusivos.

Assim, percebemos que práticas como engatinhar, rolar, equilibrar-se e andar sobre linhas no chão, por exemplo, são ferramentas essenciais para desenvolver o controle motor, a percepção espacial e a autoestima das crianças.

Outrossim, a recreação dirigida, por exemplo, é descrita como um "ato de brincar levado a sério", pois não apenas facilita o desenvolvimento motor, mas também cria um ambiente acolhedor e inclusivo para crianças de diferentes contextos culturais (Barreto, 2000, p. 11). A psicomotricidade relacional enfatiza a importância da interação social e da mediação afetiva para superar barreiras no aprendizado e essa abordagem permite que crianças se sintam valorizadas em suas individualidades, promovendo um senso de pertencimento e inclusão.

Contudo, a capacitação dos professores para implementar práticas inclusivas que integrem movimento e cultura é fundamental. Programas de formação que abordem essas estratégias resultam em abordagens mais significativas e eficazes. Tais iniciativas preparam os educadores para lidar com a diversidade presente nas salas de aula, transformando o ambiente escolar em um espaço acolhedor e enriquecedor, onde o aprendizado ocorre de maneira colaborativa e inclusiva.

Portanto, os achados desta pesquisa sugerem que a implementação de práticas psicomotoras tem efeitos positivos na perspectiva da educação inclusiva, o que confirma que estas atividades, além de promoverem habilidades psicomotoras, podem integrar valores culturais, elaboração de significados na linguagem corporal resultando em avanços no processo de aprendizagem e o sentido de pertencimento e inclusão dos discentes, refletindo os valores de uma sociedade diversa. A partir disso, exploraremos a inclusão escolar como um processo transformador das dinâmicas sociais e culturais.

3.3 A INCLUSÃO ESCOLAR COMO FENÔMENO CULTURAL E SOCIAL: PSICOMOTRICIDADE, DIVERSIDADE E TRANSFORMAÇÃO EDUCACIONAL.

A inclusão escolar requer práticas pedagógicas que valorizem a pluralidade cultural como elemento central do aprendizado, promovendo espaços onde múltiplas formas de expressão sejam reconhecidas e integradas. Essa abordagem vai além da integração física, buscando transformar o ambiente escolar em um espaço de convivência harmoniosa, no qual as especificidades de cada aluno sejam respeitadas e celebradas como parte essencial do processo educativo.



Historicamente, a trajetória da educação especial passou de práticas segregacionistas para a adoção de modelos inclusivos, como preconizado na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEPEI) de 2008. Esse marco normativo enfatiza que “a educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (Ministério da Educação, 2008).

Assim, psicomotricidade desempenha um papel essencial na promoção da inclusão educacional, especialmente em contextos socioculturais diversos, como comunidades indígenas e rurais. Para esses ambientes, é indispensável adaptar as práticas pedagógicas às especificidades locais e às tradições culturais, valorizando as identidades dos estudantes e promovendo o pertencimento a seus contextos socioculturais.

No contexto da modernidade tardia, como observado por Hall (2006), as transformações culturais e sociais fragmentaram identidades e desestabilizaram concepções tradicionais de pertencimento e cidadania:

“Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um ‘sentido de si’ estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito” (Hall, 2006, p. 11).

Isso exige que o espaço escolar se torne um local de encontros culturais e de ressignificação, onde as diferenças sejam reconhecidas e celebradas. Assim, a escola não é apenas um local de aprendizado acadêmico, mas também um espaço para o exercício da convivência com as múltiplas formas de expressão cultural.

Portanto, nesse cenário, legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) reforçam a importância de políticas que promovam acessibilidade e equidade no ambiente escolar. A LBI (Lei nº 13.146/2015) introduziu conceitos como o desenho universal e a tecnologia assistiva, destacando a necessidade de uma abordagem biopsicossocial para compreender as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência. Esse avanço legal reflete um movimento cultural mais amplo em direção à inclusão como valor social. Essa ressignificação do papel da escola é essencial para a formação da cidadania e o enfrentamento de desigualdades.

Contudo, a inclusão escolar é um processo dinâmico que conecta indivíduos a sistemas de significados compartilhados. Ela exige práticas pedagógicas que reconheçam as diferenças culturais presentes nos contextos escolares. Como apontam Pletsch e Mendes “a inclusão não pode ser reduzida apenas ao acesso físico à escola ou a mudanças pontuais no currículo. Ela exige a transformação das práticas pedagógicas, sociais e culturais que moldam o ambiente escolar. Isso significa valorizar a pluralidade cultural como um elemento enriquecedor e essencial à experiência educativa, reconhecendo as especificidades de cada indivíduo como parte de um todo maior” (Pletsch e Mendes, 2024, p. 27).



No contexto de um mundo globalizado, onde as identidades culturais são múltiplas e em constante transformação, Hall (2006) descreve a identidade cultural como uma construção dinâmica e fluida, influenciada por mudanças sociais e econômicas. Isso implica a necessidade de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as diversas formas de expressão cultural no ambiente escolar, configurando a inclusão como um processo dialético entre diferentes narrativas e experiências.

Ao reconhecermos a inclusão como fenômeno cultural, também destacamos a importância de contextos específicos. Em comunidades indígenas ou rurais, as práticas inclusivas que incorporam elementos culturais locais promovem pertencimento e valorização das tradições. Essa abordagem é alinhada às diretrizes da PNEEPEI (BRASIL, 2008), que enfatizam a necessidade de uma educação inclusiva sensível às especificidades culturais.

Como exemplo, atividades tradicionais e jogos simbólicos, como a dança circular ou a corrida de toras entre os Xavante, promovem não apenas o desenvolvimento psicomotor, mas também fortalecem os laços culturais e a socialização. Além disso, o uso de materiais naturais em brincadeiras, como folhas e pedras, conecta os estudantes à realidade local, reforçando identidades culturais.

No sertão nordestino, onde a seca e a desigualdade estrutural impactam o cotidiano escolar, práticas inclusivas que utilizam elementos naturais disponíveis, como o solo arenoso e a vegetação típica, podem transmitir conceitos de pertencimento e cultura. Essas atividades, além de promoverem inclusão, reforçam o senso de comunidade e identidade local.

Por outro lado, em áreas rurais, práticas como o plantio e a colheita incorporadas ao currículo escolar conectam o aprendizado formal às vivências práticas dos estudantes. Nas comunidades indígenas, atividades como a corrida de toras e a dança circular carregam significados profundos, promovendo tanto o desenvolvimento psicomotor quanto a preservação cultural. Em contrapartida, essas práticas nas áreas rurais não apenas desenvolvem habilidades específicas, como coordenação e trabalho em equipe, mas também fortalecem os laços comunitários e valorizam tradições locais (Antunes-Rocha e Martins, 2012).

Já no Sul do país, a integração de danças folclóricas e festivais regionais ao currículo escolar enriquece o aprendizado ao conectar os alunos às tradições culturais de colonização europeia. Segundo Canclini (2013, p. 20), a valorização dessas tradições não apenas promove a inclusão, mas também fortalece os laços culturais entre os estudantes e suas comunidades.

Nas grandes cidades, desafios como a superlotação das escolas e a falta de capacitação docente para lidar com a pluralidade cultural e linguística dificultam a implementação de práticas inclusivas. Leite (2019, p. 12) observa que essas dificuldades são agravadas por dinâmicas econômicas e sociais que impactam diretamente o ambiente escolar.

Em contextos urbanos, é crucial criar práticas pedagógicas que transcendam a reprodução de modelos e promovam a autonomia criativa dos estudantes. Rossetto e Mori (2020) destacam a importância



de transformar a diversidade cultural em eixo central na construção do conhecimento, enquanto Nozu e Bruno (2021) reforçam a necessidade de formação docente contínua para integrar diferentes linguagens culturais.

Ademais, como Hall (2006) aponta, “a identidade cultural é formada na interação entre diferentes narrativas e experiências.” A escola, ao incorporar esses elementos, torna-se um espaço mais inclusivo e significativo, onde o movimento e o simbolismo criam conexões entre o contexto sociocultural e o processo educacional.

Por fim, a inclusão escolar como fenômeno cultural e social é tanto um desafio quanto uma oportunidade. Como enfatiza Pletsch (2020), “a convivência com a riqueza cultural é um valor indissociável da inclusão, que avança na promoção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.” Essa reflexão reforça o papel transformador da escola na construção de uma sociedade mais plural e equitativa.

3.4 PSICOMOTRICIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL: IDENTIDADE, MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão escolar, compreendida como um fenômeno cultural e social, exige uma análise detalhada de como as práticas pedagógicas se conectam às especificidades culturais e regionais dos estudantes. Nesse cenário, os objetos culturais, compreendidos como manifestações materiais e simbólicas das práticas sociais, desempenham um papel central na promoção da inclusão e na construção de significados. Como afirmam Rossetto e Mori (2020, p. 45), “os objetos criados são percebidos de forma consciente ao receberem existência concreta; a materialização de experiências humanas nos objetos permite combinações significativas ao ser social, o que representa o ser e estar no mundo”.

A psicomotricidade, nesse contexto, atua como uma ponte que conecta movimento, cognição e cultura, permitindo aos estudantes expressarem suas subjetividades por meio da interação com esses elementos culturais. Hall (2006) destaca que a identidade cultural é moldada no encontro entre diferentes culturas e experiências, reforçando a importância de práticas educacionais que valorizem narrativas locais e tradições. Assim, integrar a psicomotricidade ao contexto cultural não apenas enriquece o aprendizado, mas também fortalece o senso de pertencimento e promove uma inclusão significativa.

Assim, essa abordagem vai além da mera reprodução cultural, pois permite que os estudantes se reconheçam em suas criações. Segundo Casnati (2020, p. 12), “a negociação de significados ocorre na articulação entre valores simbólicos e práticas culturais, promovendo pertencimento e compreensão mútua”. Em ambientes educacionais inclusivos, os objetos culturais tornam-se ferramentas pedagógicas indispensáveis para valorizar as identidades individuais e coletivas.

De fato, a arte, enquanto expressão cultural, emerge como um agente transformador na educação inclusiva. Canclini (1980, p. 64) ressalta que “a arte elabora novos significados, percepções e concepções,

tornando-se agente de transformação”. Essa transformação é evidente em comunidades onde as práticas educativas refletem valores históricos e culturais, como nas regiões ribeirinhas do Amazonas ou no sertão nordestino, onde elementos naturais como solo e vegetação são incorporados às atividades pedagógicas.

Nesses contextos, jogos tradicionais, como a corrida de toras entre os Xavante, são exemplos emblemáticos de práticas que integram movimento e cultura. Essas atividades não apenas promovem habilidades psicomotoras, mas também fortalecem os vínculos dos alunos com suas tradições e ampliam a interação social. Como destaca Aquino (2010, p. 14), “as práticas culturais tradicionais desempenham um papel fundamental na construção da identidade e na promoção da inclusão escolar, conectando os alunos às suas raízes culturais”. Em contrapartida, é essencial destacar como as práticas psicomotoras em áreas rurais podem incluir atividades como o plantio e a colheita, promovendo a coordenação motora e o trabalho em equipe.

Porém, nas áreas urbanas, os desafios são diferentes. Escolas superlotadas e a diversidade linguística demandam práticas pedagógicas inovadoras. A integração de danças contemporâneas e artes visuais pode se mostrar eficaz para lidar com a pluralidade cultural, enquanto a formação docente se torna um elemento crucial para garantir que essas práticas sejam implementadas de maneira adequada.

Nesse sentido, legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) reforçam a importância de promover acessibilidade e equidade. A LBI (Lei nº 13.146/2015) introduziu conceitos como desenho universal e tecnologia assistiva, incentivando a adoção de abordagens mais inclusivas. A conexão dessas leis com a prática docente é essencial para superar barreiras e transformar a diversidade em eixo central do aprendizado.

Ainda nesse contexto, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) é um marco fundamental que orienta a adoção de práticas pedagógicas alinhadas à diversidade cultural e às especificidades regionais. Essa diretriz destaca que “a inclusão deve ser compreendida como um movimento cultural, social e pedagógico”, promovendo a equidade educacional.

A formação continuada dos professores emerge como um ponto chave para a implementação dessas diretrizes. Wortmann (2011) argumenta que uma abordagem intercultural evita a imposição de valores externos, promovendo um ambiente inclusivo e culturalmente sensível. Programas de capacitação que incluem oficinas sobre adaptações psicomotoras demonstram impacto positivo na construção de práticas educativas que respeitam a diversidade.

Outro aspecto relevante é a integração de objetos culturais no cotidiano escolar. Por exemplo, nas áreas urbanas, atividades que utilizam elementos artísticos contemporâneos podem promover conexões entre os alunos e suas realidades, enquanto nas regiões rurais, o uso de artesanato local reforça os laços



comunitários. Como observam Rossetto e Mori (2020), a utilização de objetos culturais amplia as possibilidades de expressão e aprendizagem dos estudantes.

Por fim, integrar a psicomotricidade aos elementos culturais transforma a escola em um espaço inclusivo, onde as diferenças são celebradas como parte essencial do aprendizado. Essa abordagem promove uma educação mais justa e equitativa, fortalecendo identidades culturais e preparando os alunos para uma sociedade plural e democrática.

A linguagem corporal representa uma ferramenta indispensável no contexto da inclusão escolar, especialmente na educação especial. Para além de uma forma de comunicação não-verbal, ela integra aspectos cognitivos, motores e emocionais, permitindo que os alunos expressem suas subjetividades de maneira singular. Como destaca Fonseca (2012, p. 45), “a psicomotricidade aborda o corpo como um elemento integrado ao aprendizado e à expressão emocional”, sublinhando sua relevância na construção de significados no ambiente escolar inclusivo.

Além disso, o emprego da linguagem corporal fortalece a relação entre alunos e educadores, criando um ambiente de confiança mútua que potencializa o aprendizado e favorece o bem-estar emocional. Essa interação contribui para a construção de um espaço escolar acolhedor e inclusivo, onde as diferenças são reconhecidas e celebradas como elementos enriquecedores. Nesse sentido, Alves (2016, p. 29) afirma que “a psicomotricidade ensina a estabelecer ligações entre meios internos e externos por meio do movimento”, ressaltando a importância dessa prática na mediação educativa.

A autonomia dos alunos também é desenvolvida pela utilização do corpo como meio de expressão, especialmente entre aqueles com dificuldades verbais ou sensoriais. Por meio da linguagem corporal, esses estudantes conseguem comunicar necessidades e emoções de forma efetiva, empoderando-se como protagonistas no processo educativo.

Assim, a inclusão escolar transcende a dimensão acadêmica, impactando diretamente a construção da identidade e do pertencimento social. Segundo Aquino (2010, p. 14), “as práticas culturais tradicionais desempenham um papel fundamental na construção da identidade e na promoção da inclusão escolar, conectando os alunos às suas raízes culturais.”

A comunicação não-verbal, expressa em gestos, posturas e expressões faciais, também atua como uma ponte para superar barreiras linguísticas em contextos multiculturais. Em ambientes escolares que congregam alunos de diferentes origens culturais, essa forma de interação facilita a troca de experiências e o aprendizado colaborativo. A LBI (Lei nº 13.146/2015) reforça a necessidade de práticas que garantam a acessibilidade e a equidade no ambiente escolar, alinhando a linguagem corporal às políticas de inclusão.

No âmbito da psicomotricidade, a valorização da diversidade cultural é essencial para promover práticas educativas que respeitem e celebrem as especificidades regionais. Em comunidades indígenas, por exemplo, atividades como danças tradicionais e jogos simbólicos não apenas reforçam habilidades motoras,



mas também preservam o patrimônio cultural, conectando os alunos a suas tradições. Canclini (1980, p. 33) observa que “a arte é agente de transformação, um foco de criatividade e iniciativa social”, destacando o papel da linguagem corporal na ressignificação cultural.

De forma semelhante, no sertão nordestino, a utilização de elementos naturais, como areia e vegetação típica, em práticas lúdicas e pedagógicas, conecta o aprendizado formal ao cotidiano local. Essas atividades fortalecem a identidade dos alunos e criam um vínculo significativo com seu território. Em áreas urbanas, onde a diversidade linguística e cultural é um desafio constante, a integração de práticas como dança contemporânea e artes visuais pode proporcionar um espaço inclusivo e colaborativo.

Os estudos realizados no Laboratório de Psicomotricidade da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) ilustram a eficácia dessas abordagens. Em intervenções com crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), observou-se um aumento na interação social e no desenvolvimento da empatia. Essas práticas não apenas promovem a inclusão, mas também evidenciam o potencial da comunicação não-verbal como instrumento de mediação escolar.

Adicionalmente, práticas lúdicas e jogos estruturados que utilizam a linguagem corporal contribuem para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Segundo Fonseca (1996, p. 22), “a brincadeira estruturada é uma maneira de trabalhar a socialização e o respeito às regras coletivas.” Essa abordagem fomenta a convivência harmoniosa entre alunos com diferentes habilidades e promove o respeito à diversidade.

Entretanto, a implementação dessas práticas enfrenta desafios significativos, como a falta de formação docente e recursos materiais insuficientes. Wortmann (2011) enfatiza que a capacitação contínua dos professores é essencial para garantir o sucesso das práticas psicomotoras em contextos educacionais diversos. Políticas públicas que incentivem o treinamento docente e o financiamento de projetos pedagógicos inclusivos são fundamentais para superar essas barreiras.

A psicomotricidade, ao integrar movimento, cognição e cultura, também promove a compreensão mútua e a valorização das diferenças. Como Matos (2012, p. 34) argumenta, “o corpo é uma ferramenta de interação com o meio, essencial para a inclusão escolar.” Essa perspectiva reforça a importância de práticas pedagógicas que alinhem aspectos culturais e educativos, fortalecendo o papel transformador da escola.

Por fim, a linguagem corporal consolidada como discurso inclusivo transforma o ambiente escolar em um espaço de aprendizado e convivência integradora. Ao integrar aspectos cognitivos, motores e emocionais, ela possibilita que todos os alunos expressem seu potencial, celebrando a diversidade como valor central. Essa abordagem reafirma o papel da escola na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.



3.5 ÉTICA E AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRINCÍPIOS PARA A PSICOMOTRICIDADE

A educação inclusiva desafia constantemente os educadores e pesquisadores a refletirem sobre a ética como fundamento para práticas que respeitem a singularidade e promovam a autonomia dos estudantes. Nesse sentido, Coutinho (2016) argumenta que a ética na educação deve transcender a visão das crianças como objetos de estudo, reconhecendo-as como sujeitos de direitos e participantes ativos no processo educativo.

A psicomotricidade, ao abordar o corpo como mediador da interação com o meio, reforça a importância de práticas que respeitem as expressões corporais únicas de cada aluno. Segundo Fernandes (2016), "escutar as crianças e compreender suas expressões corporais é essencial para a construção de um ambiente inclusivo e ético." Essa perspectiva enfatiza o protagonismo dos alunos, promovendo uma educação mais equitativa.

Por outro lado, práticas inclusivas que desconsideram a individualidade podem transformar a inclusão em uma ferramenta de normatividade, limitando o potencial dos alunos. Diniz, Wederson e Santos (2009) destacam que a deficiência deve ser vista sob a ótica da acessibilidade e não como uma limitação intrínseca. Essa abordagem propõe uma educação transformadora, em que o contexto é adaptado às necessidades dos indivíduos.

Além disso, Campos (2020) defende que a ética deve ser compreendida como uma prática reflexiva, auxiliando os educadores a enfrentarem dilemas éticos no dia a dia. Isso é particularmente relevante na interação com alunos com deficiência, em que o equilíbrio entre proteção e respeito à autonomia é um desafio constante.

As expressões corporais, enquanto ferramentas de comunicação e autodeterminação, desempenham um papel central no empoderamento dos alunos. Oliveira (2021) destaca que "o diálogo com as expressões corporais das crianças é um elemento essencial no processo de ensino inclusivo." Esse diálogo permite aos educadores compreenderem melhor as necessidades e potencialidades de cada aluno.

A formação docente surge como um elemento essencial para a consolidação de práticas inclusivas éticas e eficazes. Segundo Gatti (2019), a neutralidade completa do educador é inatingível, mas a construção de processos dialógicos assegura que os alunos sejam respeitados em suas decisões e peculiaridades. Programas de formação continuada que priorizam a ética na prática pedagógica têm mostrado impacto significativo na qualidade da educação inclusiva.

Nesse contexto, a Resolução n. 510 (BRASIL, 2016) apresenta avanços ao estabelecer diretrizes sobre ética na pesquisa e na prática educacional. Fernandes (2016) ressalta a importância de renegociar o consentimento e o assentimento dos alunos em todas as etapas do processo educativo, promovendo um ambiente de confiança e respeito mútuo.

Os desafios éticos também incluem questões como a privacidade e a confidencialidade dos alunos. Kramer (2002) enfatiza que "proteger o anonimato e a dignidade dos estudantes é essencial para garantir um ambiente inclusivo." Essa proteção torna-se ainda mais relevante em contextos de vulnerabilidade social.

A psicomotricidade, nesse cenário, exige uma análise crítica dos riscos e benefícios de cada intervenção. Francischini e Fernandes (2016) afirmam que "as práticas psicomotoras devem ser adaptadas para minimizar riscos e atender às necessidades individuais." Isso reforça a importância de políticas públicas que garantam recursos e apoio técnico aos educadores.

Exemplos práticos demonstram como princípios éticos podem ser aplicados na educação inclusiva. Em regiões urbanas, a utilização de atividades psicomotoras como dança contemporânea e expressão corporal em escolas superlotadas promove interações que respeitam a diversidade cultural e linguística dos alunos. Em contraste, contextos rurais exigem adaptações que valorizem o uso de objetos culturais locais, como ferramentas agrícolas, para integrar o aprendizado.

Por fim, a ética na psicomotricidade inclusiva transcende a mera regulamentação, tornando-se um instrumento de reconhecimento da criança como sujeito pleno de direitos. Fare e Savi Neto (2021) destacam que "a reflexão ética é a base para práticas pedagógicas que promovem a autonomia e o protagonismo dos alunos." Essa abordagem transforma o ambiente escolar em um espaço de convivência respeitosa, garantindo o desenvolvimento integral e equitativo de todos os estudantes.

3.6 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PSICOSSOCIAL

Destacando-se a importância da mediação cultural no aprendizado inclusivo, recordamos Vygotsky (1991), que enfatiza "a internalização de sistemas de signos culturalmente produzidos provoca transformações no comportamento humano" (p. 37),

Dessa forma, atividades pedagógicas que consideram o contexto cultural dos alunos têm potencial para promover a inclusão de forma mais significativa. Em áreas rurais, por exemplo, práticas como o plantio e a colheita simulados em atividades escolares não apenas desenvolvem habilidades psicomotoras, mas também conectam os estudantes à sua vivência cotidiana (Bridi, 2011, p. 45). Isso reforça a importância de adaptar o aprendizado às realidades locais.

Outrossim, a arte desempenha um papel central nesse processo, especialmente em comunidades indígenas. Práticas culturais como a confecção de instrumentos musicais tradicionais e apresentações artísticas fortalecem a autoestima e a interação social. Como argumenta Canclini (1980), "a arte é agente de transformação, um foco de criatividade e iniciativa social" (p. 64), sendo uma ferramenta poderosa na construção de identidades culturais.



Portanto, a inclusão por meio da arte também permite que os alunos expressem subjetividades de formas criativas e significativas. A produção de desenhos, esculturas e pinturas contribui para a materialização de experiências humanas, como destacado por Rossetto e Mori (2020): "os objetos criados são percebidos de forma consciente ao receberem existência concreta" (p. 287). Essa abordagem reforça o senso de pertencimento dos estudantes.

A formação de professores é um elemento essencial para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas que integrem aspectos psicomotores e culturais. A capacitação contínua dos educadores é indispensável para que reconheçam e valorizem a diversidade presente no ambiente escolar, adaptando suas abordagens às necessidades específicas dos alunos. Como enfatizado por Pletsch e Mendes (2024), a ausência de formação específica representa uma barreira significativa, destacando a urgência de iniciativas que priorizem o preparo docente para lidar com os desafios da inclusão.

Assim, programas de formação que enfatizem a interdisciplinaridade e as práticas contextuais mostram-se eficazes para promover uma educação inclusiva e de qualidade. Conforme apontam estudos que relacionam o preparo docente ao sucesso na implementação dessas práticas. Matos et al. (2017) enfatizam que professores treinados para considerar particularidades culturais conseguem desenvolver abordagens mais significativas e inclusivas.

Educadores capacitados relatam maior confiança ao adaptar estratégias pedagógicas às demandas psicomotoras e culturais dos alunos, resultando em maior participação dos estudantes e no fortalecimento do senso de pertencimento. Investimentos contínuos nesses programas oferecem caminhos concretos para a implementação de uma educação mais equitativa e acessível, promovendo transformações significativas no ambiente escolar.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reforça a importância de superar modelos segregacionistas e valorizar a diversidade como princípio pedagógico. Segundo o MEC (2008), "a inclusão deve ser compreendida como um movimento cultural, social e pedagógico" (p. 21), consolidando a psicomotricidade como uma ferramenta nesse processo.

Atividades como feiras culturais e eventos comunitários também fortalecem os laços sociais entre alunos, professores e comunidades. Como observa Bridi (2011), "essas iniciativas promovem a inclusão além do ambiente escolar, fortalecendo os laços sociais" (p. 52). Essas práticas incentivam a valorização da diversidade e a integração dos indivíduos.

Além disso, práticas psicomotoras adaptadas, como danças tradicionais e jogos simbólicos, proporcionam uma vivência coletiva que estimula tanto habilidades emocionais quanto físicas. Wortmann (2011) aponta que essas interações criam um ambiente de aprendizado inclusivo e enriquecedor, ampliando as oportunidades educacionais para todos os alunos.

A integração de práticas culturais e psicomotoras também contribui para a promoção da diversidade e da transformação social. Hall (2006) observa que "a identidade cultural é um processo dinâmico e transformador" (p. 12), evidenciando como essas práticas podem fortalecer o diálogo entre diferentes grupos e promover uma educação mais equitativa.

Com base nos resultados apresentados, recomenda-se que educadores e gestores implementem programas contínuos de formação docente voltados para a integração das práticas psicomotoras no currículo escolar, priorizando adaptações culturais e regionais.

Além disso, é essencial que sejam promovidos investimentos em infraestrutura e materiais pedagógicos que facilitem a realização de atividades psicomotoras, como jogos simbólicos, dança e expressões artísticas. Gestores escolares devem priorizar a criação de ambientes colaborativos, onde professores, alunos e famílias trabalhem juntos para fortalecer o senso de pertencimento e a inclusão escolar. Por fim, é imprescindível que políticas públicas reforcem a importância da psicomotricidade na formação de uma escola equitativa, garantindo recursos e suporte técnico para a implementação dessas práticas.

Por fim, integrar psicomotricidade e cultura no ambiente escolar contribui para a formação de uma sociedade mais equitativa. Ao celebrar as diferenças e valorizar as especificidades de cada aluno, a escola se torna um espaço de transformação cultural e social, promovendo a convivência harmoniosa e enriquecedora (Canclini, 1980, p. 66).

4 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou investigar como as práticas psicomotoras, aliadas à interação com objetos culturais, podem contribuir para a inclusão escolar de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), promovendo a construção de significados, a valorização da diversidade cultural e o desenvolvimento integral. Nesse sentido, foi possível integrar os fundamentos teóricos, as análises práticas e as estratégias pedagógicas que exploram a psicomotricidade e elementos culturais como mediadores de um processo inclusivo eficaz.

Em relação à lacuna identificada na literatura, que apontava a ausência de uma abordagem prática e detalhada sobre a integração entre psicomotricidade e cultura na promoção da inclusão escolar, o estudo trouxe contribuições significativas. Os resultados evidenciaram que práticas psicomotoras contextualizadas, como jogos simbólicos e atividades ligadas ao cotidiano de comunidades indígenas e rurais, não apenas favorecem o desenvolvimento motor e cognitivo, mas também fortalecem a autoestima e as identidades culturais dos alunos. Esse achado é corroborado por estudos como os de Barreto (2000) e Leite (2019), que destacam a influência das práticas psicomotoras no desempenho acadêmico e na socialização de estudantes.

Ademais, o artigo respondeu à questão-problema ao demonstrar que a inclusão escolar exige práticas pedagógicas que transcendem a mera integração física dos alunos, promovendo uma valorização efetiva de suas especificidades culturais e sociais. A articulação entre psicomotricidade e objetos culturais revelou-se um caminho promissor para a construção de significados, mostrando que a escola pode ser um espaço de ressignificação cultural e social. Essa abordagem está alinhada à visão de inclusão como um movimento cultural e pedagógico transformador, descrito pelo MEC (2008) e ampliado por Canclini (1980) e Hall (2006).

Por fim, as estratégias pedagógicas discutidas indicam a necessidade de uma formação docente contínua e culturalmente sensível, que capacite os educadores a atuar como mediadores nesse processo de inclusão. Essa capacitação, associada a investimentos em infraestrutura e recursos pedagógicos adequados, é essencial para garantir que práticas inclusivas sejam implementadas de maneira eficaz e equitativa, como enfatizado por Wortmann (2011). Assim, as práticas psicomotoras são reafirmadas como ferramentas indispensáveis para articular corpo, movimento e cultura na promoção de uma inclusão escolar plena.

Com base nos resultados apresentados neste estudo, futuras investigações podem aprofundar a análise sobre como as práticas psicomotoras, integradas aos elementos culturais, impactam diferentes grupos de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) em contextos escolares variados, como comunidades urbanas e áreas de vulnerabilidade social. Estudos futuros poderiam explorar, por exemplo, a eficácia dessas práticas em escolas de tempo integral, onde há maior oportunidade de implementar atividades psicomotoras e culturais de forma contínua e integrada.

Além disso, a criação e avaliação de programas de formação docente que abordem a psicomotricidade de maneira interdisciplinar e intercultural representam um campo promissor. Outro aspecto a ser analisado é a utilização de tecnologias assistivas que potencializem a inclusão por meio da psicomotricidade, permitindo que alunos com múltiplas deficiências ou limitações específicas também sejam contemplados. Por fim, pesquisas comparativas que investiguem a aplicação dessas práticas em diferentes regiões ou culturas poderiam contribuir para a elaboração de diretrizes pedagógicas mais abrangentes e adaptáveis, ampliando o alcance e a eficácia do modelo proposto.

Em última análise, este estudo evidencia que a educação inclusiva, quando ancorada na diversidade e na psicomotricidade, pode transcender barreiras e transformar o ambiente escolar em um espaço de convivência harmoniosa e enriquecedora. Ao celebrar as diferenças e fomentar a construção de significados, ela consolida-se como um caminho para o desenvolvimento integral dos alunos, promovendo não apenas a inclusão, mas a edificação de uma sociedade mais justa, equitativa e culturalmente rica.

Por fim, como defendido por Vygotsky (1991), a interação entre cultura e aprendizado é o alicerce para o desenvolvimento humano, e a psicomotricidade é um canal poderoso para essa transformação. Ansiamos que o movimento inclusivo, alicerçado no poder transformador da educação, continue sendo um



farol que ilumine o caminho para uma convivência verdadeiramente plural e democrática, numa educação realmente inclusiva e equitativa.



REFERÊNCIAS

- ALVES, A. *Psicomotricidade no processo educacional: fundamentos e práticas inclusivas*. São Paulo: Educação Contemporânea, 2016.
- ANTUNES-ROCHA, M. I. S.; MARTINS, S. M. F. Metodologia de alternância: um caminho para a construção do currículo integrado em escolas do campo. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 50, 2012.
- AQUINO, G. *Práticas inclusivas no contexto escolar: um estudo quantitativo sobre a integração psicomotora*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2010. Disponível em: . Acesso em: 15 jan. 2025.
- AQUINO, R. de C. B. A importância da psicomotricidade num contexto escolar inclusivo. Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2010.
- BARRETO, S. de J. *Psicomotricidade, educação e reeducação*. 2. ed. Blumenau: Livraria Acadêmica, 2000.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- BRIDI, R. A valorização das vivências locais no processo educativo. *Revista Educação e Cultura*, 2011.
- BUENO, J. *Psicomotricidade e Educação*. São Paulo: XYZ, 2013.
- CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EdUSP, 1980.
- CASNATI, G. *Relatório sobre a análise cognitiva*. Genebra: UNESCO, 2020.
- COUTINHO, Â. S. Consentimento e assentimento. In: ANPED. *Ética e pesquisa em Educação*. Rio de Janeiro: ANPED, 2019.
- DINIZ, D.; WEDERSON, L. B.; SANTOS, R. dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 6, n. 11, p. 64-77, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sur/a/fPMZfn9hbJYM7SzN9bwzysb/>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- FARE, M. de L.; SAVI NETO, P. A regulação da conduta dos pesquisadores na ciência brasileira: um problema de pesquisa ou um problema para a pesquisa em Educação? *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 319-332, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.14n1.017>. Acesso em: 15 jan. 2025.



FERNANDES, N. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21, n. 66, p. 761-775, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n66/1413-2478-rbedu-21-66-0759.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

FONSECA, V. *Introdução à Psicomotricidade*. Porto Alegre: Artmed, 2012.

GAKRAN, J. Educação inclusiva na comunidade Xokleng. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 2015.

GATTI, B. A. Potenciais riscos aos participantes. In: ANPED. *Ética e pesquisa em Educação: subsídios*. Rio de Janeiro: ANPED, 2019. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/etica-e-pesquisa-em-educacao-subsidios>. Acesso em: 15 jan. 2025.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KRAMER, S. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 41-59, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

LEITE, C. R. Psicomotricidade relacional e suas implicações na educação inclusiva. Disponível em: <https://ava.grupouninter.com.br>. Acesso em: 15 jan. 2025.

MATOS, M. A. et al. Relações da psicomotricidade com a aprendizagem de crianças público-alvo da educação especial. *Anais do 8º Congresso Brasileiro de Educação Especial*, 2017. Disponível em: <https://www.galoa.com.br>. Acesso em: 15 jan. 2025.

MATOS, P. C. *Psicomotricidade e inclusão escolar: teorias e práticas pedagógicas*. Belo Horizonte: Editora Educacional Brasileira, 2012.

MEUR, G.; STAES, L. *Educação Psicomotora*. Lisboa: Horizonte, 1989.

MEC. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2025.

NOZU, J. C.; BRUNO, D. F. *Cartografias da Educação Inclusiva na Educação Especial*. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

PLETSCH, M. D.; MENDES, G. M. L. *Cartografias da Educação Inclusiva na Educação Especial: Políticas, Práticas e Produção Científica*. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2024.

PRISTA, M. *Psicomotricidade e Desenvolvimento Infantil*. Lisboa: INCM, 1993.

ROSSETTO, C.; MORI, E. Arte como trabalho criador: produção de significados. In: *Arte e Educação Especial: narrativas e criações artísticas*. Curitiba: Editora CRV, 2020.

SBP – Sociedade Brasileira de Psicomotricidade. *Psicomotricidade: Ciência e Educação*. Disponível em: <http://www.sbp.org.br>. Acesso em: 15 jan. 2025.

VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.



WORTMANN, M. L. A educação intercultural: práticas inclusivas em comunidades indígenas. Revista Educação Intercultural, v. 2, n. 1, 2011.